

A GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

FAGUNDES, Juliana Lima¹; RUTZ, Elenice Crochemore¹, LUCAS, Rosa Elaine Antória²

¹Graduação em Geografia (Licenciatura Plena); ²Universidade Federal de Pelotas/Departamento de Geografia. Juh.geo@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de um estudo que procura compreender as especificidades das escolas da zona rural de Pelotas-RS, e a contribuição da disciplina de Geografia na educação do campo.

Sabe-se que o ensino regular nas áreas rurais, surgiu no período do segundo império, desenvolvendo-se conforme a necessidade de abastecer a estrutura econômica vigente no país. Com a monocultura do café e o fim da escravidão, a agricultura passou a ter necessidade de pessoas especializadas para o setor. Culturas secundárias, mas de importância para a agricultura, também, foram necessárias, e, igualmente, necessitando de mão-de-obra qualificada. Dessa forma, tanto a escola elementar como a escola técnica de segundo grau, através do ensino regular começaram a suprir as necessidades básicas, que se esperava ser atendida a partir do ensino escolar.

Segundo Calazans (1993), cabe destacar que as classes dominantes daquela época, demonstravam desconhecer o papel fundamental da educação para os trabalhadores que viviam no campo, indicando assim o descaso com a educação, pois surge no meio rural tardia e descontínua, através da industrialização, na qual se obrigaram a possuir escolas em seus domínios.

A ascensão da industrialização fez com que os trabalhadores rurais fossem para a cidade em busca de melhores condições de vida, provocando um inchaço urbano. Os governadores, para conter o grande número de pessoas que passam a fazer parte das franjas da cidade, ou seja, a periferia, começam a planejar e instalam escolas no campo, para que as crianças tivessem aulas de noções básicas de agricultura, e que isso fortalecesse o espírito de trabalhar na terra, conhecido como *ruralismo pedagógico*. Até 1930 ocorreram diversas alterações nas leis e decretos educacionais, causado pelo vínculo ideológico ao sistema econômico capitalista. Cada estado possuía uma legislação própria, não era um trabalho pensando a partir das especificidades do povo brasileiro.

Na década dos anos 60, do século XX, enquanto, por um lado, o Brasil adotava um modelo de educação dos Estados Unidos, caracterizado num período pós-guerra, em que os norte americanos financiaram a recuperação dos estados envolvidos na guerra, com o objetivo de impedir que eles se aliassem ao bloco socialista Soviético, estendendo-se no período da Guerra fria. De outro lado surgia propostas de uma educação popular, que cabe destacar às propostas dos primeiros cinco anos,

movimentos educacionais e culturais relevantes como o MEB, o método Paulo Freire, entre outros, desenvolveram inovadoras concepções e estratégias de educação de adultos, educação de base e educação popular, e destacaram-se pela criatividade e inovação teórico-metodológica. (CALAZANS, 1993, pg. 34).

Apesar do período ditatorial, os movimentos sociais ficaram latentes. O período de 1979 a 1984 marca o início da retomada pela luta da terra no Brasil, através de ocupações e de acampamentos realizados, especialmente, nos estados do RS, SC, PR, SP e MS, culminando na fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em janeiro de 1984. Na defesa da luta pela terra e educação, os movimentos sociais do campo aprofundam o diálogo, contribuindo não só na formulação dos princípios de uma escola voltada ao Projeto Popular de Desenvolvimento Rural como também na abertura de espaço na Constituição de 1988.

A educação do campo está voltada para a autonomia e respeito das diferentes identidades dos povos do campo. Segundo Munarim (2010), um dos traços fundamentais do movimento de educação do campo, vai além do que a luta pela implantação de escolas, ela parte também do princípio de reconhecer e fortalecer os processos de resistência e emancipação dos povos do campo.

Desde a década de 1980, do século XX, existe um movimento pedagógico *no* e *do* campo no Brasil. *No* - sentido este que dá o direito as pessoas do campo terem o direito de pensar uma educação a partir da sua realidade de vida, e *Do* – porque independente de ser do campo ou da cidade, todos têm direito de ser educado no lugar em que vive. (LUCAS; WIZNIEWSKY, 2010).

O papel fundamental da escola nos dias de hoje, é formar cidadãos capazes de criar uma visão crítica da sociedade. Para isso, a geografia tem um papel muito importante na formação do ser humano. Além de perpassar uma visão interdisciplinar, devido a diversidade de conceitos que busca atender: espaço, lugar, território, fronteiras, entre outros, também estuda e pesquisa as questões físicas, ambientais, sociais e políticas de cada população, e, ao mesmo tempo se utiliza de outras disciplinas para dar suporte à seus conteúdos.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

A metodologia utilizada para este trabalho é de uma análise bibliográfica para dar suporte necessário ao estudo. Primeiramente entender a história da evolução da educação do campo no Brasil, em segundo um aprofundamento teórico sobre as conceituações fundamentais na disciplina de geografia e, em terceiro lugar, desenvolver uma pesquisa participante, tendo como foco uma análise qualitativa, pois pretende relacionar a dinâmica entre o mundo real e o sujeito, analisando a complexidade e a dinamicidade do local das escolas, através do levantamento de dados nas escolas da área rural, do município de Pelotas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Portanto, constata-se que não podemos separar a educação do campo da luta pela posse da terra. Sempre que se fala em educação do campo, vincula-se a ação dos movimentos sociais, na busca por uma escola que atenda as especificidades do campo.

As escolas do campo são privilegiadas de forma diferente das escolas urbanas no ensino da geografia, pois os professores conseguem levar os alunos a ter uma melhor compreensão do conteúdo, através do ato de observar, associando teoria e prática, muitas vezes não precisa sair para muito longe da escola, basta olhar o que está no entorno da sala de aula.

Dessa forma, vê-se a importância da elaboração de conteúdos geográficos não só se adequando as Diretrizes Operacionais do Campo, mas, também a sociedade como um todo, despertando tanto nos jovens, como na comunidade em geral, a luta pela implantação de políticas que atendam as necessidades das escolas rurais, e projetos que visem um estudo voltado para as especificidades do campo.

A escola rural precisa ter uma visão dialética da realidade social, possibilitando perceber que ao lado de mecanismos de opressão e dominação, da luta pelo poder, existe todo um movimento de resistência e contraposição ao sistema, mesmo que isso seja encoberto sob as mais diversas aparências. Assim, a educação nacional deve merecer uma atenção especial, tendo em vista as particularidades que a envolvem, considerando que o universo rural possui uma dinâmica própria na conjugação do trabalho e da produção, além da coexistência de valores culturais e de competências específicas dos seus membros.

Nesse contexto, a geografia oportuniza a chance de desenvolver estas qualidades nos educandos quando trabalhada de forma direcionada e objetivada. A partir de 1930, a geografia encontrou um espaço no currículo escolar, quando foi criado o Ministério de Educação, ocasião em que começou a organização do Sistema Educacional Brasileiro. Como educadores na área da geografia, tem-se um compromisso com a formação da cidadania de nossos alunos, de possibilitar que ele construa relações com o espaço em que está inserido, e que seja capaz de transformá-lo. Essa transformação advém da leitura da sua realidade, através da observação e a interpretação como um todo, formado por uma ponte de conhecimento, de recursos não verbais como gráficos, desenhos, estatísticas, e outros.

Para os autores Castrogiovanni; Callai; Kaercher (2008) o conteúdo de geografia se faz necessário, para que o aluno aprenda a pensar e construa seu próprio conhecimento,

aprender a pensar significa elaborar, a partir do senso comum, do conhecimento produzido pela humanidade e do confronto com os outros saberes (do professor, de outros interlocutores), o seu conhecimento. Este conhecimento, partindo dos conteúdos de Geografia, significa “uma consciência espacial” das coisas, dos fenômenos, das relações sociais que se travam no mundo. (CASTROGIOVANNI; CALLAI; KAERCHER, 2008, p; 95).

4 CONCLUSÃO

Para fins de conclusão, é possível observar que as políticas educacionais e os currículos são pensados para a cidade e a produção industrial urbana, não reconhece as especificidades do campo.

No campo, as aulas de geografia têm tudo para ser um espaço em que os educandos tenham capacidade de questionar o que vem acontecendo na sociedade, mas isso vai depender muito da postura do professor. Os educandos, a partir dos conteúdos geográficos, podem criar uma visão crítica da sociedade, através da própria realidade em que ele está inserido.

Alguns educadores preferem trabalhar com a geografia tradicional, na qual as respostas já vem prontas, do que com a geografia crítica, em que o aluno aprende a pensar, e tem poder para questionar, baseando-se na metodologia do

professor, que deverá proporcionar momentos para as discussões e questionamentos. Porém, muitas vezes, não é o que acontece nas aulas da disciplina de Geografia, faz com que o aluno seja subordinado à um modelo de pensamento, que tem como foco central o capitalismo, não sendo estimulado a pensar sobre o geral, o mundo.

5 REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G; FERNANDES, Bernardo M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 2).

CALAZANS, Maria Julieta. **Para compreender a educação do Estado no meio rural: traços de uma trajetória**. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (orgs). Educação e escola no campo. Campinas: Papyrus, 1993.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; KAERCHER, Nestor André. **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA nas Escolas do Campo. In: KOLLING, Edgar J.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. (orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, 3 de Abril de 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do campo e território camponês no Brasil**. IN SANTOS, Clarice Aparecida dos (org). Educação do campo: campo-políticas públicas- educação. Brasília : Incra; MDA , 2008.

LUCAS, Rosa Elane Antória, WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Reflexões sobre educação integral/tempo integral mediando às relações da escola do campo**. In: MATOS; WIZNIEWSKY; MEURER; DAVID. Experiências e diálogos em educação do campo. Fortaleza: UFC, 2010.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E. P. U, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método, criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MUNARIM, Antônio. **Educação do campo: desafios teóricos e práticos**. In MUNARIM; BELTRAME; CONDE; PEIXER (orgs). Educação do campo: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2010.

REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce Maria; HEIDRICH, Álvaro. O Ensino de Geografia como uma hermenêutica instauradora. In: REGO, Nelson et al (orgs.). **Um pouco do mundo cabe nas mãos, geografizando em educação o local e o global**. P A: UFRGS, 2003, p. 275-310.